

NOTA PÚBLICA DO CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO DISTRITO FEDERAL - CONSEA/DF A RESPEITO DO PROCESSO DE NOMEAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE SÃO PAULO – CONSEA/SP

Os números da fome no Brasil não param de crescer, mais da metade da população não tem garantia de comida na mesa. Cerca de 19 milhões de pessoas passam fome, atingindo 9% da população brasileira, a maior taxa desde 2004, há 17 anos, quando essa parcela tinha alcançado 9,5%. Uma das razões que culminou nesta situação é o desmonte de inúmeros programas e a fragilidade que o Sistema de Segurança Alimentar (SISAN) vem passando, com extinção ou esvaziamento dos espaços de participação e controle social, em especial os conselhos de segurança alimentar e nutricional. Dessa forma, o Estado viola todas as suas obrigações com relação ao Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas (DHANA).

O Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA/SP), criado pelo Decreto nº 47.763/2003, como órgão colegiado de caráter consultivo e de assessoramento imediato ao Governador do Estado, tem como principal objetivo propor as diretrizes gerais da política estadual de SAN e estava inativo desde novembro de 2019. Após mobilização da sociedade civil e a instalação de um inquérito civil no Ministério Público Estadual, o governo Doria realizou eleições para recomposição das Comissões Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional e escolha de Conselheiros.

Agentes públicos, então, em articulação com o setor empresarial, agiram para favorecer a inserção na lista tríplice para Presidente e Vice-presidente de corporações, trazendo representantes da indústria de alimentos e do agronegócio.

A metodologia de todo o processo foi inadequada e nada transparente, o que resultou em uma maior votação em representações da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA) e da Sociedade Rural Brasileira (SRB).

O Conselho, então, que é o principal articulador de todas as políticas, propostas e demandas em SAN, que recebe e investiga denúncia de violações do DHANA, passa a

ser pautado pelo interesse privado, em detrimento de candidatos que representam de fato o interesse público da sociedade civil (agricultores familiar, setor acadêmico, entre outros, e também as representações daqueles diretamente atingidos pela insegurança alimentar como trabalhadores, povos e comunidades tradicionais, população negra e mulheres), que resguardam e defendem os fundamentos e princípios da alimentação saudável, conforme entendimento norteadores na construção dos Conselhos de SAN e das legislações vigentes.

Dessa forma, o CONSEA/DF manifesta publicamente a sua indignação por tal violação e reivindica às autoridades responsáveis que primem pelo respeito aos direitos e a democracia, nomeando os verdadeiros representantes da sociedade civil.

Brasília, 10 de maio de 2021.

ONSEA/DF